

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2025



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2025	4
1.2	Aspetos mais relevantes da atividade em 2025	9
1.3	Contas 2025	12
2	Demonstrações Financeiras	15
2.1	Demonstração da Posição Financeira	16
2.2	Demonstração dos Resultados	17
2.3	Demonstração de Rendimento Integral.....	18
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	19
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	20
3	Anexos	21
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão	22
3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras	24
4	Certificação Legal das Contas.....	46

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2025

MERCADOS FINANCEIROS NO ANO DE 2025

THE WINNER TAKES IT ALL?

O ano ficou marcado por uma (tentativa de) nova redefinição de regras para o comércio global: políticas protecionistas, aumento tarifas aduaneiras seguidas de retaliações globais criaram um ambiente de incerteza generalizada. Paralelamente, o enfraquecimento do dólar acabou por refletir estas tensões, com uma notória fuga de capital para outras regiões, principalmente ao longo do primeiro semestre. Por fim, emergiu com força uma nova onda de investimento em soluções de inteligência artificial, refletido não só nos gastos das grandes empresas, como nas encomendas aos seus fornecedores, levando a um forte desempenho das empresas deste segmento ao longo do ano, movimento esse que transformou a narrativa para o risco de poderem estar sobrevalorizadas. Tudo somado, o ano resulta num crescimento global contido, volatilidade e realinhamentos geopolíticos e económicos.

EUA

Olhando para 2026, os EUA entram num período de elevada incerteza e transição. Para fazer face a todos os choques económicos, a administração americana desenhou o plano de expansão orçamental, o denominado One Big Beautiful Bill (OB BB). Plano que planeia compensar os choques comerciais, com estímulos ao consumo e investimento na economia americana, tendo como contrapartida o aumento significativo da dívida pública, o que pode levar o governo a querer que a Fed “coopere” com o Tesouro, leia-se, baixar os juros para atenuar o custo da dívida no PIB americano. Perante uma economia resiliente e com a inflação acima do pretendido, J. Powell, tem sido comedido em descer a taxa de juro. Decisões alvo de críticas por parte de D. Trump, sendo previsível que nomeie um novo responsável para a Fed assim que o atual mandato termine em maio 2026. Sabendo da sua pretensão em baixar as taxas de juro, é pretendido que o novo líder tenha um posicionamento mais “dovish”, o que deverá acelerar cortes de taxa e flexibilizar política monetária, mesmo num contexto de fortes pressões inflacionistas. Como resultado, observamos uma inclinação da curva de taxa de juro, descida nas yields de curto prazo, enquanto as yields de longo prazo resistem, ou até mesmo sobem, assumindo um maior prémio de risco e maior pressão inflacionista no médio a longo prazo. Adicionalmente, deverá penalizar o dólar, algo que a administração americana até vê com algum agrado desde que não seja demasiado brusca. Esta assimetria limita o efeito expansionista pretendido pela política monetária, mantendo o custo de financiamento em níveis relativamente elevados a longo prazo dando um prenúncio de expectativas mais persistentes de inflação e risco orçamental.

EUROPA

A economia europeia promete um ano mais estável. A inflação no nível pretendido, emprego robusto e o atual nível das taxas de juro, deverá permitir um crescimento mais previsível, mas moderado.

Numa altura que o alívio monetário terminou o seu caminho de descida de taxas de juro, suportada pela inflação próxima dos 2% e o mercado de trabalho robusto cabe agora aos governos assumirem na sua política orçamental o motor para o crescimento económico. Nas suas mãos têm as condições para iniciar a agenda reformista e capacitar o continente em recuperar a perda de competitividade/autonomia das últimas décadas especialmente nos segmentos defesa, na produção e eficiência energética, em abastecimento de semicondutores, sendo essencial para a digitalização económica, para além no choque de investimento da Alemanha na renovação do seu parque de infraestruturas, assim como em outros países como é o caso de Portugal

A contrariar, naturalmente a instabilidade política em França, que continuam a adiar sucessivamente as reformas necessárias, o impacto das tarifas nas exportações europeias, no entanto já não são tão pesadas como as inicialmente impostas pela administração americana e principalmente o risco de escalada da instabilidade geopolítica já prolongada entre a Rússia e a Ucrânia para outros países europeus que ao dia de hoje começa a ser colocado em causa o princípio de paz inviolável no continente europeu.

JAPÃO

O Japão deverá abrandar o seu crescimento anual para 0,9% para o próximo biénio. A contribuir positivamente, o crescimento dos salários que em média deverá situar-se nos 5,2%, estimulando por si só, a procura interna. Adicionalmente, no campo corporativo, é projetado um crescimento robusto nos resultados empresariais, com as empresas a apresentarem encomendas record para os próximos anos especialmente no segmento da maquinaria e construção e também pelo investimento público. Do outro lado da balança, a procura externa vai estar mais condicionada impactada pelas tarifas americanas, embora um pouco menos agressivas que as anunciadas na primeira metade do ano e pelo aumento de tensões geopolíticas com a China. Não de agora, e mais estruturalmente, também condicionada por uma pirâmide demográfica cada vez mais invertida. Nesta conjuntura é esperado que o BoJ continue a subir a taxa de juro até 1% ao longo do próximo ano.

MERCADOS EMERGENTES

O crescimento da China continua a abrandar e cada vez mais afastado da sua meta (5%), 2026 deverá abrandar para 4,2%, vindo de 4,8% em 2025. Crise no imobiliário com preços em queda face ao excesso de oferta de habitação tem condicionado o enfraquecimento da confiança ao consumo e investimento interno. As exportações que tem sido o grande vetor de crescimento das últimas décadas ainda permite sustentar o seu crescimento, mas naturalmente terá de virar para um modelo mais de crescimento e desenvolvimento interno como no seu próprio ecossistema de IA através de várias indústrias como são a eletrónica, semicondutores, terras raras e até mesmo automóveis elétricos. Permite contrariar os desafios de um mercado global menos flexível condicionado pelas tarifas americanas e por novos controles às exportações de metais de terras raras.

A Índia continua a sua trajetória ascendente, assumindo como o grande motor do crescimento global, estimando que em 2026 cresça 6,2%, ainda assim um ligeiro abrandamento face aos 6,6% de 2025. Modelo baseado numa forte procura interna, reformas estruturais (como impostos, regulação) e um mercado de consumo em expansão. Uma economia mais resiliente face a choques externos, como estão a ser as tarifas aduaneiras. No caso da Índia, as exportações para os EUA têm um peso muito

residual, aproximadamente 2% do PIB, sendo que uma componente relevante destas exportações, estão isentos de tarifas (medicamentos genéricos). Uma economia muito alicerçada no forte investimento público a acompanhar a crescente urbanização, investimento estrangeiro e mão de obra rejuvenescida e instruída. Ao longo do ano, a inflação desceu substancialmente sobretudo pela queda dos preços alimentares estando já abaixo dos 4%, a meta das autoridades monetárias pelo que o RBI, o Banco Central da Índia, aproveitou este espaço para descer ao longo deste período 1% a taxa de juro para os 5,5%, estímulos muito relevantes para suportar o investimento privado e consumo interno para os próximos anos.

CRESCIMENTO ECONÓMICO MUNDIAL (REAL E PREVISIONAL)

	2025	2026 (P)	2027 (P)	2028 (P)	2029 (P)
Mundo	3,20%	3,10%	3,20%	3,20%	3,20%
Zona Euro	1,20%	1,10%	1,40%	1,30%	1,20%
Alemanha	0,20%	0,90%	1,50%	1,20%	1,00%
França	0,70%	0,90%	1,20%	1,30%	1,20%
Itália	0,50%	0,80%	0,60%	0,70%	0,70%
Espanha	2,90%	2,00%	1,70%	1,60%	1,60%
Portugal	1,90%	2,10%	1,50%	1,60%	1,60%
Estados Unidos	2,00%	2,10%	2,10%	2,10%	1,90%
Canadá	1,20%	1,50%	1,90%	1,70%	1,70%
Japão	1,10%	0,60%	0,60%	0,60%	0,50%
Reino-Unido	1,30%	1,30%	1,50%	1,40%	1,40%
China	4,80%	4,20%	4,20%	4,00%	3,70%
Índia	6,60%	6,20%	6,40%	6,50%	6,50%
Brasil	2,40%	1,90%	2,20%	2,30%	2,40%
Rússia	0,60%	1,00%	1,10%	1,10%	1,10%

Fonte: FMI

AÇÕES: ROTAÇÃO DAS MEGA CAPS PARA AS ALL CAPS?

Embora continuemos otimistas para o segmento de desenvolvimento de soluções de Inteligência Artificial, decidimos ajustar o nosso posicionamento para uma redução ligeira às empresas de perfil de crescimento, rebalanceando para empresas com o perfil mais de valor, ou seja, para empresas com expectativas de crescimento mais previsíveis e que transacionem com valorizações mais atrativas. Genericamente, através de empresas menos cíclicas, balanços robustos e segmentos de negócios com elevadas barreiras à entrada. Deste forma, posicionamos com ponderação mais neutral nos EUA, mantendo a preferência pelo segmento da IA, sobretudo em toda a cadeia de semicondutores, cibesegurança, e nas hyper scalers. Adicionalmente, identificamos oportunidades no setor bancário e nas empresas de pagamentos norte-americanas, que poderão beneficiar, no curto prazo, dos estímulos governamentais. Destacamos igualmente algumas empresas de consumo que, apesar da forte depreciação observada no último ano devido aos receios relacionados com tarifas, mantêm fundamentais sólidos. Nesse sentido, identificamos vários pontos de entrada particularmente atrativos.

Optamos por uma ligeira sobreponderação à Europa, privilegiando empresas que possam beneficiar do significativo pacote de investimento atualmente em curso na região. Destacamos, em particular, as empresas que contribuam para acelerar a reindustrialização, reforçar as infraestruturas, melhorar a eficiência e a produção energética, bem como às ligadas a setores estratégicos da digitalização e automação,

incluindo o segmento dos semicondutores. Esta exposição é complementada por posições mais defensivas, nomeadamente em empresas dos setores da saúde e do consumo básico, além dos bancos ibéricos, que continuam a beneficiar de um crescimento económico superior à média da zona euro.

Nos mercados emergentes, mantemos a nossa ponderação, nas ações indianas, uma economia em forte crescimento muito suportada pela sua inovação tecnológica, população jovem, investimento em infraestruturas e energia renovável.

PERFORMANCE DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS NO ANO 2025 (MOEDA LOCAL / EURO)

		Moeda Local	Euro
Brasil	BOVESPA	34,0%	33,4%
Índia	S&P BSE SENSEX	9,1%	-8,5%
Estados Unidos	S&P 500	16,4%	2,6%
Austrália	ASX 200	6,8%	1,6%
Japão	NIKKEI 25	26,2%	12,1%
China	HANG SENG	27,8%	12,4%
Reino-Unido	FTSE	21,5%	15,1%
França	CAC 40	10,4%	10,4%
Alemanha	DAX	23,0%	23,0%
Zona Euro	EUROSTOXX 50	18,3%	18,3%
Espanha	IBEX 35	49,3%	49,3%
Portugal	PSI 20	29,6%	29,6%
Itália	MIB	31,5%	31,5%

Dados: Bloomberg, moeda local / Euros

OBRIGAÇÕES: PROTEÇÃO POR VIA BAIXA DURAÇÃO

Em termos genéricos, temos preferência pelo segmento Investment Grade europeu e americano. Embora o prémio de risco do crédito esteja em mínimos, continuam a estar suportadas pelos seus fundamentais, devido do crescimento genérico dos seus resultados ao longo dos últimos anos. Neste âmbito maior ponderação nas mais defensivas, e em algumas cíclicas, como são as obrigações financeiras, especialmente no segmento subordinado com calls e maturidades até 5 anos. Embora transacionem com yields já muito abaixo de há 1 ano, continuam a proporcionar um rendimento interessante tendo em conta a robustez dos rácios de solvabilidade dos bancos europeus. O dinamismo da atividade económica na região para os próximos anos deverá continuar a suportar o setor, com o aumento de volume de crédito a compensar a descida das taxas de juros. Na componente emergente mantemos o posicionamento ao movimento friendshoring iniciado no ano anterior.

Posto isto, as yields das dívidas governamentais da Alemanha e França a 10 anos agravaram ligeiramente para 2,9% e 3,6%, a refletirem a inclinação da curva, para juros mais elevados para durações mais longa. Nos Estados-Unidos, o rendimento dos "Treasuries" americanos a 10 anos aliviou ligeiramente de 4,6% para 4,2%, embora tenha sido muito penalizada pela depreciação do USD, a refletir um maior fluxo de saída da moeda americana.

No Reino Unido, a sua yield soberana a 10 anos terminou o ano nos 4,5%.

YIELDS DAS OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS

	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025
Estados Unidos	4,6%	4,2%
Alemanha	2,4%	2,9%
França	3,2%	3,6%
Itália	3,5%	3,6%
Espanha	3,1%	3,3%
Portugal	2,8%	3,2%
Grécia	3,2%	3,4%
Reino-Unido	4,6%	4,5%
Suíça	0,3%	0,3%

Dados: Bloomberg

MATÉRIAS-PRIMAS: AS COMPONENTES INDUSTRIAIS E DE REFÚGIO NA POLE POSITION

O Índice S&P GS Commodity Index, indexante que reflete a performance das principais matérias-primas obteve uma performance de -0,2%, embora os desempenhos dos seus constituintes tenham sido muito divergentes. Por um lado, o peso pesado, o petróleo obteve um desempenho de -19,9%, por outro lado, a estrela deste segmento foi protagonizada pela Prata (+148%), seguida do Ouro (+64,6%) e Cobre (+41,1%).

EVOLUÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Nome	Índice	2025
Commodity	S&P GS Commodity Index	-0,2%
Petróleo	WTI Crude Oil	-19,9%
Ouro	Gold	64,6%
Prata	Silver	148,0%
Milho	Corn	-4,0%
Cobre	Copper	41,1%
Alumínio	Aluminum	17,4%
Gás Natural	Natural Gas	9,4%
Soja	Soy beans	3,2%

Dados: Bloomberg

DIVISAS: O DÓLAR A PERDER GÁS

No que diz respeito às divisas, o euro apreciou face aos seus principais pares cambiais, com destaque especial para a apreciação de 13,4%, face ao Dólar. Nas exceções destaque apenas para a depreciação ligeira de 1% face ao franco suíço.

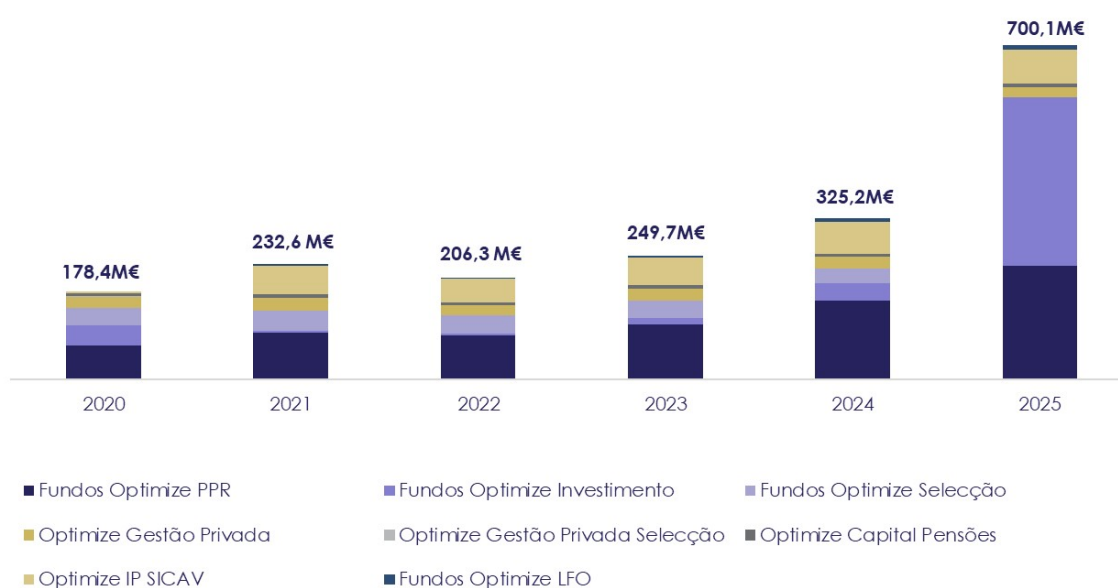
1.2 Aspetos mais relevantes da atividade em 2025

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS GERIDOS

Os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução bastante positiva, tendo crescido 115,3%, de 325,2M€ para 700,1M€ no período compreendido entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025. O aumento dos ativos sob gestão abaixo detalhadas deveu-se à valorização dos OIC e carteiras geridas pela Optimize, aliadas às subscrições líquidas positivas, com especial foco para o crescimento do fundo Optimize Portugal Golden Opportunities.

ATIVOS SOB GESTÃO – 2020-2025



	2020	2021	2022	2023	2024	2025
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize PPR	68 112 884	94 360 804	88 981 379	110 706 512	159 027 931	230 295 428
Fundos Optimize Investimento	40 376 963	3 532 425	4 075 815	12 727 555	35 413 989	339 633 014
Fundos Optimize Selecção	36 167 933	41 933 645	36 395 937	35 314 929	30 111 659	23 918 632
Fundos Optimize LFO	0	3 054 368	3 432 894	4 111 768	7 372 222	8 927 531
TOTAL FUNDOS	144 657 780	142 881 242	132 886 024	162 860 764	231 925 801	602 774 605
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	22 771 032	25 605 011	20 938 011	23 939 207	23 019 001	21 518 975
Optimize Gestão Privada Selecção	430 441	10 336	132 300	0	0	0
Optimize Capital Pensões	5 508 799	5 970 682	5 223 775	7 201 233	6 938 464	7 296 950
Optimize IP SICAV	4 984 500	58 092 781	47 165 519	55 682 723	63 268 064	68 460 865
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	33 694 772	89 678 810	73 459 606	86 823 164	93 225 530	97 276 790
TOTAL	178 352 551	232 560 053	206 345 630	249 683 927	325 151 331	700 051 395

Valores em 31 de dezembro, em euros – Fonte: Optimize Investment Partners

PERFORMANCE DOS FUNDOS

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2025

Fundo	2025	DESDE INÍCIO (ANUALIZADA)	INÍCIO
Optimize PPR/OICVM Ativo	3,7%	4,0%	25/09/2008
Optimize PPR/OICVM Equilibrado	2,5%	3,2%	25/09/2008
Optimize PPR/OICVM Moderado	2,4%	3,1%	19/08/2010
Optimize PPR/OICVM Agressivo	6,4%	5,7%	31/12/2018
Optimize Disruption Fund Cat Institucional	4,9%	-9,0%	06/09/2021
Optimize Disruption Fund Cat Standard	4,0%	-9,7%	06/09/2021
Optimize IP Global Flexible Fund Class A EUR	4,6%	5,4%	24/11/2008
Optimize IP Europe Value Fund Class A EUR	9,9%	3,3%	31/12/2010
Optimize IP Global Bond Fund Class A EUR	1,6%	3,0%	01/07/2013
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Premium	-4,1%	0,6%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Discount	-5,1%	-0,4%	20/09/2021
Optimize LFO PPR Leopardo Cat Standard	-5,4%	-0,7%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Institucional	-9,7%	0,6%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Discount	-10,7%	-0,4%	20/09/2021
Optimize LFO Rise US Equities Cat Standard	-11,0%	-0,8%	20/09/2021
Optimize Selecção Agressiva - Categoria A	2,1%	2,7%	02/11/2015
Optimize Selecção Agressiva - Categoria B	2,4%	3,0%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria A	1,0%	1,5%	02/11/2015
Optimize Selecção Base - Categoria B	1,3%	1,8%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria A	0,0%	0,1%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva - Categoria B	0,2%	0,4%	02/11/2015
Optimize Portugal Golden Opportunities	25,1%	12,9%	31/12/2021

*UP à data de 31/12/2025

Em 2025, todos os fundos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas, com a exceção dos dois fundos Optimize LFO, com destaque para o fundo Optimize Portugal Golden Opportunities, que valorizou 25,1% e para o fundo Optimize Europe Value, com rentabilidade de 9,9% no período.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o ano de 2025, a produção líquida atingiu os 339,8M€ um aumento significativo face aos 58,8M€ de 2024.

A produção líquida foi liderada pelos Fundos Optimize Investimento (+281M€).

PRODUÇÃO – 2020-2025

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize PPR	7 031 646	20 183 263	10 204 837	10 246 910	37 232 274	61 850 548
	<i>19 438 709</i>	<i>43 355 647</i>	<i>44 456 138</i>	<i>47 918 490</i>	<i>57 658 922</i>	<i>91 124 166</i>
Fundos Optimize Investimento	963 321	5 874 643	1 889 493	7 271 762	23 063 692	280 985 793
	<i>3 634 285</i>	<i>18 051 245</i>	<i>2 005 816</i>	<i>7 775 685</i>	<i>23 686 064</i>	<i>290 289 881</i>
Fundos Optimize Selecção	845 767	2 662 105	138 945	-2 965 163	-6 962 394	-6 587 230
	<i>4 678 554</i>	<i>6 536 161</i>	<i>3 479 692</i>	<i>1 685 600</i>	<i>1 029 150</i>	<i>952 942</i>
Fundos Optimize LFO		3 062 716	768 889	277 084	2 805 148	1 932 296
		<i>3 064 405</i>	<i>784 896</i>	<i>390 193</i>	<i>2 862 266</i>	<i>2 653 960</i>
TOTAL FUNDOS	8 840 734	31 782 727	13 002 164	14 830 593	56 138 719	338 181 407
	<i>27 751 548</i>	<i>71 007 458</i>	<i>50 726 541</i>	<i>57 769 969</i>	<i>85 236 402</i>	<i>385 020 948</i>
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	-1 089 995	711 676	-1 101 954	516 519	-307 503	-673 446
	<i>637 272</i>	<i>7 018 414</i>	<i>301 253</i>	<i>2 902 692</i>	<i>2 907 537</i>	<i>1 847 200</i>
Optimize Gestão Privada Selecção	-237 566	5 000	-9 956	-131 925	0	0
	<i>0</i>	<i>5 000</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
Optimize IP SICAV	5 000 000	4 488 981	-2 211 549	735 825	2 950 675	2 244 295
	<i>5 000 000</i>	<i>6 939 979</i>	<i>3 109 948</i>	<i>2 989 224</i>	<i>5 476 630</i>	<i>7 198 184</i>
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	3 901 349	5 205 657	-3 323 460	1 120 419	2 643 171	1 570 850
	<i>6 124 206</i>	<i>13 963 393</i>	<i>3 411 201</i>	<i>5 891 915</i>	<i>8 384 167</i>	<i>9 045 384</i>
TOTAL	12 742 083	36 988 384	9 678 705	15 951 012	58 781 891	339 752 257
	<i>33 875 754</i>	<i>84 970 851</i>	<i>54 137 742</i>	<i>63 661 885</i>	<i>93 620 569</i>	<i>394 066 332</i>

Valores em 31 de dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores brutos em itálico. Fonte: Optimize Investment Partners.

PERSPETIVAS PARA 2026

Em 2026 e nos anos seguintes, a Optimize Investment Partners ambiciona:

- Reforçar a sua quota de mercado no mercado nacional, investindo e privilegiando os eventos de literacia financeira;
- Aumentar a subscrição de fundos PPR quer por particulares, quer por empresas, a favor dos seus colaboradores;
- Constituição de novos PPR;
- Lançar nossos fundos elegíveis para o programa Golden Visa e aumentar a presença em eventos internacionais na divulgação desta oferta;
- Aumentar a divulgação da oferta de fundos de investimento que não os PPR;
- Mudança de sede e lançamento dos primeiros Centros de Poupança de Investimento;
- Melhorar as ferramentas digitais ao dispor dos seus clientes, através do upgrade das funcionalidades do espaço-cliente, disponibilização de APP;
- Liderança na rentabilidade nos fundos geridos;
- Continuação do reforço de recursos humanos e tecnológicos adaptando a estrutura organizacional ao crescimento previsto.

1.3 Contas 2025

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA alcançou em 2025 um Produto Bancário de 7.732.044€, e um resultado antes de impostos de 4.264.667€. O resultado líquido do ano atingiu os 3.252.503€.

Síntese da Demonstração dos Resultados a 31 de dezembro de 2025

	2025	2024
Juros e rendimentos similares	41.875 €	39.573 €
Juros e encargos similares	26.165 €	211 €
Margem Financeira	15.710 €	39.362 €
Rendimentos de serviços e comissões	10.573.673 €	4.218.265 €
Encargos com serviços e comissões	2.765.847 €	863.655 €
Resultados de ativos financeiros	-770 €	0 €
Resultados de reavaliação cambial	1.468 €	-254 €
Outros resultados de exploração	-92.191 €	-59.984 €
Produto bancário	7.732.044 €	3.333.734 €
Custos com pessoal	1.707.489 €	1.250.302 €
Gastos gerais administrativos	1.702.985 €	1.022.664 €
Amortizações do exercício	56.902 €	30.367 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	0 €	0 €
Resultado antes de impostos	4.264.667 €	1.030.402 €
Impostos Correntes	1.012.163 €	241.399 €
Impostos Diferidos	0 €	0 €
Resultado após impostos	3.252.503 €	789.002 €

O resultado antes de impostos do exercício foi impactado positivamente pela subida contínua dos Ativos sob Gestão, com destaque para a captação líquida positiva de 339,8 milhões de euros. Do lado dos custos destaca-se o reforço dos recursos humanos e da estrutura funcional por forma a conseguir responder ao aumento da procura dos serviços da Optimize por parte dos atuais e de novos clientes e a divulgação da marca em eventos nacionais e internacionais.

Nos próximos anos, a Optimize pretende acelerar o crescimento do seu produto bancário e dos resultados, como consequência do aumento dos ativos sob gestão, tanto pela captação líquida, por via do reforço dos atuais clientes e da captação de novos clientes, como pelo efeito da valorização dos mercados financeiros nos diversos fundos de investimento.

Tesouraria em 31 de dezembro de 2025

A empresa dispunha no final de 2025 de uma tesouraria de 66.554€.

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2025	2024
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	18 €	18 €
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.537 €	92.850 €
Depósitos a prazo em outras instituições de crédito	0 €	350.000 €
Tesouraria Total	66.554 €	442.868 €

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, de 3.252.503,49€, seja aplicado da seguinte forma:

- 1.052.503,49€ (ou seja 32%) para Reserva Livre
- 2.200.000,00€ (ou seja 68%) para Dividendos

REMUNERAÇÕES DO EXERCÍCIO 2025

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se de seguida o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização:

	Número de Beneficiários	Remuneração Fixa	Remuneração Variável
Aos membros executivos dos órgãos sociais	3	114.376	81.826
Aos colaboradores cujas atividades têm um impacto significativo no perfil de risco do OIC	3	111.730	33.374
Aos outros colaboradores da Sociedade Gestora	31	622.223	200.784
Total	37	848.329	315.984

Essas remunerações foram calculadas conforme definido pelos contratos de trabalho e pela política de remuneração da sociedade.

Durante o ano de 2025, não se detetaram irregularidades em matéria de remunerações, e também não se realizaram alterações significativas à política de remuneração.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, informa-se que à data de 31 de dezembro de 2025 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º e 447º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

CUMPRIMENTO DE OUTRAS MATÉRIAS RELEVANTES DO ARTIGO 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Não foram concedidas quaisquer autorizações a negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Não existem quaisquer sucursais da Sociedade.

A Sociedade não detém, nem deteve durante 2025, quaisquer ações próprias.

PERSPETIVAS FUTURAS

Para 2026 a administração espera que a atividade mantenha o ritmo de crescimento elevado em Ativos sob Gestão e número de clientes, pelo que a Sociedade irá continuar a reforçar os seus meios humanos e materiais para cumprir as metas de crescimento estabelecidas.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Em fevereiro deu-se o início de um conflito no Médio Oriente mais alargado entre o Irão, Israel e os EUA. O impacto nos mercados de energia foi substancial, com os mercados europeus a corrigirem substancialmente, cerca de 10%. Por contraste os mercados americanos continuam resilientes. A administração espera um aumento da procura pelo fundo Portugal Golden Opportunities.

Face ao exposto, consideramos não existirem factos que coloquem em causa a continuidade das operações e a solidez financeira da Optimize Investment Partners.

Lisboa, 26 de março de 2026

Pela Administração

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Demonstração da Posição Financeira

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024, EM EUROS

EUR

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativos			
		Valor líquido	
Ativos não correntes			
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral	2	4.878.750	1.139.833
Títulos de dívida		4.878.750	1.139.833
Ativos tangíveis	4	1.489.769	59.443
Ativos intangíveis	5	334	1.669
Ativos por impostos	3	0	3.326
Ativos por impostos diferidos		0	3.326
Ativos correntes			
Caixa e saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	1	66.554	92.868
Dinheiro em caixa		18	18
Outros depósitos à ordem		66.537	92.850
Ativos financeiros pelo custo amortizado		0	350.000
Aplicações em instituições de crédito		0	350.000
Ativos por impostos	3	1.737	78.804
Ativos por impostos correntes		1.737	78.804
Outros ativos	6	1.716.997	800.930
Ativos Totais		8.154.143	2.526.872

EUR

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivos			
Passivos não correntes			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		1.006.675	0
Recursos de outras instituições de crédito	8	926.552	0
Outros passivos financeiros	9	80.123	0
Passivos por impostos	7	90.269	2.162
Passivos por impostos diferidos		90.269	2.162
Passivos correntes			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		1.091.022	483.752
Recursos de outras instituições de crédito	8	52.364	0
Outros passivos financeiros	9	1.038.657	483.752
Passivos por impostos	7	810.173	47.515
Passivos por impostos correntes		810.173	47.515
Outros passivos	9	409.930	240.489
Passivos Totais		3.408.069	773.919
Capital Próprio			
Capital	10	450.772	450.772
Capital realizado		450.772	450.772
Instrumentos de capital próprio emitidos, exceto capital	10	0	0
Outros instrumentos de capital próprio emitidos		0	0
Reservas de reavaliação		367.758	-4.061
Outras reservas		675.041	517.240
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		3.252.503	789.002
Capital Próprio Total		4.746.074	1.752.953
Capital Próprio Total e Passivos Totais		8.154.143	2.526.872

2.2 Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024, EM EUROS

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
			EUR
Receitas de juros	11	41.875	39.573
(Despesas com juros)	11	26.165	211
Receitas de taxas e comissões	12	10.573.673	4.218.265
(Despesas de taxas e comissões)	13	2.765.847	863.655
Ganhos ou perdas (-) com ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de outro rendimento integral, valor líquido		-770	0
Diferenças cambiais [ganhos ou perdas (-)], valor líquido		1.468	-254
Outras receitas operacionais	14	109.244	40.861
(Outras despesas operacionais)	15	201.434	100.845
RECEITAS OPERACIONAIS TOTAIS, VALOR LÍQUIDO		7.732.044	3.333.734
(Despesas administrativas)		3.410.475	2.272.965
(Despesas de pessoal)	16	1.707.489	1.250.302
(Outras despesas administrativas)	17	1.702.985	1.022.664
(Depreciações)		56.902	30.367
(Ativos fixos tangíveis)	4	55.567	28.867
(Outros ativos intangíveis)	5	1.335	1.500
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS		4.264.667	1.030.402
(Despesas ou receitas (-) com impostos relacionadas com os resultados de unidades operacionais em continuação)	20	1.012.163	241.399
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO APÓS DEDUÇÃO DE IMPOSTOS		3.252.503	789.002
LUCROS OU PREJUÍZOS (-) DO EXERCÍCIO		3.252.503	789.002
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		3.252.503	789.002

2.3 Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024, EM EUROS

EUR

Rúbricas	31/12/2025	31/12/2024
Lucros ou prejuízos do exercício	3.252.503	789.002
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	371.819	-1.327
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	3.624.322	787.675

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2025 E 2024, EM EUROS

	2025	2024
EUR		
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Comissões recebidas	10.186.152	4.212.561
Pagamento de comissões	-2.240.657	-429.450
Pagamentos a empregados	-1.449.272	-818.817
Pagamentos a fornecedores	-1.605.706	-1.021.321
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-775.584	-779.908
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	423.699	443.277
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-369.598	-667.970
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-245.196	-193.884
	3.923.838	744.487
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de ativos financeiros	850.770	0
Aplicações em instituições de crédito	350.000	750.000
Juros e proveitos similares	42.653	39.817
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros	-4.505.336	-49.551
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-1.019.551	-36.557
Aplicações em instituições de crédito	0	-700.000
Dividendos	0	-645.950
	-4.281.463	-642.240
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Recebimentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	1.000.000	0
Pagamentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	-36.567	0
Juros e custos similares	-920	-211
Dividendos	-631.202	0
Reduções de capital e prestações suplementares	0	-126.037
	331.312	-126.248
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	-26.313	-24.001
Caixa e seus equivalentes no início de período	92.868	116.869
Caixa e seus equivalentes no fim de período	66.554	92.868

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2025 E 2024, EM EUROS

EUR

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas livres	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2023	450.772	0	126.037	276.225	127.024	-3.512	778	0	0	759.941	1.737.265
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado de 2023					113.991					-113.991	0
Redução de capital social			-126.037								-126.037
Efeito de valorização de títulos detidos 2024						-1.713					-1.713
Transferência dos resultados transitados para reservas livres											0
Impostos diferidos resultantes da valorização ao justo valor							385				385
Resultado Líquido										789.002	789.002
Operações com detentores de capital											
Distribuição de Dividendos										-645.950	-645.950
Saldos em 31/12/2024	450.772	0	0	276.225	241.016	-5.224	1.163	0	0	789.002	1.752.953
Alterações no exercício											
Aplicação do resultado de 2024					157.800					-157.800	0
Redução de capital social											0
Efeito de valorização de títulos detidos 2025							463.251				463.251
Transferência dos resultados transitados para reservas livres											0
Impostos diferidos resultantes da valorização ao justo valor							-91.433				-91.433
Resultado Líquido										3.252.503	3.252.503
Operações com detentores de capital											
Distribuição de Dividendos										-631.202	-631.202
Saldos em 31/12/2025	450.772	0	0	276.225	398.816	458.027	-90.269	0	0	3.252.503	4.746.074

| 3 ANEXOS

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Prof. José Fernandes Fontes Castelo Branco
Secretário	Maria Flávia Cabral Parreira Beja da Costa

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Pedro Miguel de Oliveira Lino
Administradores	Tiago da Silva Delfim de Matos Nuno Ricardo Teixeira dos Santos Pedro Ribeiro Simões da Costa Oliveira

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Revisor Oficial de Conta	Forvis Mazars & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representada por Pedro Miguel Pires de Jesus
Suplente do Revisor Oficial de Conta	Luís Filipe Soares Gaspar, ROC

CONSELHO FISCAL

Presidente	Vítor Fernando Cardoso Simões
Vogais	Pedro Filipe Ponte Pais Borges Ricardo Nepomuceno Ramirez
Suplente	Paula Cristina Pinto Pires de Jesus

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade, através da Optimize Investimento SGPS S.A. são:

- Pedro Miguel de Oliveira Lino, através da Long Term SGPS SA: 49,2%
- Pedro Ribeiro Simões da Costa Oliveira: 4,43%
- Tiago da Silva Delfim de Matos: 2,07%
- Nuno Ricardo Teixeira dos Santos: 1,48%

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2025, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Como detalhado na Política de Remunerações da Sociedade:

1. Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração, contando com o Parecer positivo do Conselho Fiscal e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.
2. A componente variável da remuneração dos colaboradores abrangidos pela Política de Remunerações é composta dos seguintes elementos:
 - Responsáveis pela função de Controlo de Riscos, Controlo de Cumprimento, responsáveis pelas áreas de gestão de investimentos, administrativa, marketing e recursos humanos, outros tomadores de risco e colaboradores que auferam remunerações elevadas e cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco: A remuneração dos colaboradores mencionados compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente, após avaliação de desempenho anual.
 - Administradores Executivos: compreende uma componente fixa, podendo conter uma componente variável definida casuisticamente
 - Administradores Não Executivos: exclusivamente remuneração fixa
 - Conselho Fiscal: exclusivamente remuneração fixa

Informamos ainda que:

1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
 - Para os Colaboradores: Conselho de Administração através dos Administradores Executivos
 - Para os Administradores: Assembleia Geral
2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Optimize Investment Partners, SGOIC, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro do mesmo ano pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras, com o número de registo 327. Posteriormente, a Optimize foi autorizada para as atividades acessórias de registo e depósito de instrumentos financeiros e receção e transmissão de ordens por conta de outrem.

BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos nos seguintes pressupostos:

a) Pressupostos de continuidade

No âmbito do pressuposto de continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade em prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições em prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

Assim as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos.

b) Regime do acréscimo

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis há mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos na demonstração da posição financeira, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face da demonstração da posição financeira, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração dos fluxos de caixa ou no anexo.

g) Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro.

h) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela IFRS, conforme definido na IAS 1. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedido pela Entidade.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data da demonstração da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram feitas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso.

O Conselho de Administração da entidade entende que as demonstrações separadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira individual.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subsequentes.

Os custos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do ativo fixo ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que ocorrem.

Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto no período em que incorrem.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: 1 a 15 anos;
- Equipamento básico: 1 a 10 anos;
- Equipamento de transporte: 4 anos;
- Equipamento administrativo: 1 a 20 anos;
- Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 10 anos.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia

que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam, identificáveis, controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações dos ativos intangíveis com vida útil definida são calculadas de acordo com o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito de qualquer alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Projetos de desenvolvimento: 1 a 3 anos;
- Programas de computador: 3 a 4 anos;
- Propriedade industrial: 3 a 20 anos.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos intangíveis com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por Imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização

registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo intangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda (valor de realização) e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

No caso de existirem despesas relativas a investimentos intangíveis não concluídos, estas são registadas em Ativos Intangíveis em Curso, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade.

Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

A quantia recuperável do ativo é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzindo dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da sua negociação (isto é, a data em que a entidade se compromete a adquirir ou alienar o ativo) pelo custo amortizado, pelo justo valor através outro rendimento integral ou pelo justo valor através dos resultados com base:

- No modelo de negócio da entidade para gerir os ativos financeiros e
- Nas características contratuais em termos de fluxos de caixa do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são classificados de acordo com o objetivo inerente à sua aquisição, numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros ao custo amortizado – os ativos financeiros que apresentem as seguintes características:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida;

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos financeiros:

a.1) Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e todas as outras rubricas de créditos a receber são mensuradas ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade, que a existirem são reconhecidas nos resultados, para que se possa refletir o seu valor realizável líquido.

a.2) Caixa e depósitos bancários

O caixa compreende o dinheiro em caixa em depósitos à ordem.

Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu custo.

a.3) Empréstimos concedidos e contas a receber - ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis que não estão cotados num mercado ativo. Estes ativos são mensurados inicialmente pelos seus justos valores acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado através do método do juro efetivo.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de resultados financeiros utilizando o método da taxa efetiva.

b) Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e,
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

c) Ativos financeiros pelo justo valor através dos resultados

Um ativo financeiro é mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento

inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

A entidade classifica todos os passivos financeiros como subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com exceção de:

- a. Passivos financeiros pelo justo valor através dos resultados. Esses passivos, incluindo os derivados que sejam passivos, são subsequentemente mensurados pelo justo valor.
- b. Passivos financeiros que surjam quando uma transferência de um ativo financeiro não satisfaz as condições para o desreconhecimento ou quando se aplica a abordagem do envolvimento continuado.
- c. Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
 - A quantia da provisão para perdas e
 - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- d. Os compromissos de concessão de um empréstimo a uma taxa de juro inferior à do mercado. O emitente desse compromisso mensura-o subsequentemente pelo mais alto dos seguintes valores:
 - A quantia da provisão para perdas e
 - A quantia inicialmente reconhecida deduzida, quando apropriado, da quantia acumulada de rendimento reconhecida em conformidade com os princípios da IFRS 15.
- e. A retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3. Essa retribuição contingente é subsequentemente mensurada pelo justo valor, com alterações reconhecidas nos resultados.

Nesta categoria de passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado incluem-se, consequentemente, os seguintes passivos financeiros:

e.1) Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e.2) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal contratado líquido dos custos de transação incorridos e são considerados correntes sempre e quando a sua exigibilidade se verifique no prazo de um ano a contar da data da demonstração financeira.

Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração de resultados e do outro rendimento integral ao longo do período de empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como um gasto do período em que incorram, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

A capitalização destes custos inicia no momento em que os dispêndios começam a ser incorridos com o ativo e prolongam-se até à conclusão das atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Quando as atividades

necessárias à preparação do ativo são interrompidas, a sua capitalização é suspensa. Se existir um rendimento gerado por um empréstimo obtido antecipadamente, esse rendimento é deduzido aos encargos financeiros capitalizáveis.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

A entidade reconhece uma provisão para perdas de crédito previstas relativamente a um ativo financeiro que é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, uma conta a receber de locação, um ativo resultante de um contrato ou um compromisso de concessão de empréstimo e um contrato de garantia financeira a que se aplicam os requisitos em matéria de imparidade.

A entidade aplica os requisitos em matéria de imparidade para o reconhecimento e a mensuração de uma provisão para perdas relativamente a ativos financeiros que são mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, a provisão para perdas é reconhecida em outro rendimento integral e não reduz a quantia escriturada do ativo financeiro na demonstração da posição financeira.

Em cada data de relato, uma entidade mensura a provisão para perdas relativamente a um instrumento financeiro por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

O objetivo dos requisitos em matéria de imparidade consiste em reconhecer as perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração relativamente a todos os instrumentos financeiros que tenham sido objeto de aumentos significativos do risco de crédito desde o reconhecimento inicial — avaliado numa base individual ou coletiva — tendo em conta todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as prospetivas.

Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, a entidade mensura a provisão para perdas relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses.

A entidade reconhece nos seus resultados, como um ganho ou uma perda por imparidade, a quantia das perdas de crédito (ou reversões) esperadas que é necessária para que a provisão para perdas à data de relato corresponda à quantia que deve ser reconhecida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções serão apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. As ações próprias já adquiridas ou a adquirir são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria e registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, quando detenha ações próprias, a entidade terá de garantir, a cada momento, a existência de reservas no Capital Próprio suficientes para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelos acionistas.

Outros instrumentos de capital próprio

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio, quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à constituição/emissão de instrumentos de capital próprio são registados como uma dedução ao valor da mesma.

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contractual independentemente da forma legal que assumem.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Diferimentos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorreram, mas que devem ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

Rédito e especialização de exercícios

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregos classificam-se em: a) benefícios de curto prazo; e b) benefícios de cessação.

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma

obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados nas respetivas rubricas do capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de geral de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando se tenham verificado prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão, embora a mesma considere que não é previsível qualquer liquidação adicional com efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente aprovadas na data de relato.

Um ativo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e, no momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis exceto quando esse imposto diferido resultar de reconhecimento inicial da goodwill ou reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável. Em cada data de relato é

efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O montante de imposto diferido que resulte de transações ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando os lucros e prejuízos do exercício.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data da demonstração da posição financeira dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

A introdução em termos de normativo contabilístico das Normas Internacionais de Contabilidade não implicaram alterações de políticas contabilísticas.

NOTA 1 - CAIXA E SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Depósitos à Ordem	66.537	92.850
Banque de Luxembourg	266	419
Andbank Luxembourg	182	156
Banco de Investimento Global	13.445	1.831
Banco de Investimento Global - Conta Research	3.913	365
Banco de Investimento Global - Carteira de Negociação	27.515	0
Millennium BCP	21.215	90.079
Dinheiro em caixa	18	18
Total	66.554	92.868

NOTA 2 - ATIVOS FINANCEIROS CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2024	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Amortização do ativo	Justo valor a 31.12.2025
OT PGB 2.125% 10/17/28	134.514	50.076	0	114	0	0	184.704
OT 2.875% 10/15/25	300.783	0	0	777	0	-301.560	0
R ITALIA 3.4% 03/28/25	550.908	0	0	-1.698	0	-549.210	0
R ITALIA 3.85% 09/15/26	153.629	0	0	-1.797	0	0	151.832
R ITALIA 4% 11/15/30	0	368.095	0	1.036	0	0	369.131
R ITALIA 3.65% 08/01/35	0	254.603	0	-846	0	0	253.758
Optimize Global Bond	0	900.000	0	14.529	0	0	914.529
Optimize Disruption	0	275.000	0	-25.979	0	0	249.021
Optimize Europe Val	0	450.000	0	9.954	0	0	459.954
Optimize GI Flexible	0	575.000	0	39.068	0	0	614.068
Optimize Portugal GO	0	425.000	0	5.236	0	0	430.236
ARGENT 0 1/8 07/9/30	0	257.568	0	8.845	0	0	266.413
ARGENT 4 1/4 1/09/38	0	245.805	0	20.490	0	0	266.295
Mota - Engil	0	704.188	0	14.622	0	0	718.811
	1.139.833	4.505.336	0	84.351	0	-850.770	4.878.750

O título OT PGB 2.125% 10/17/28 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2,125% e vencimento a 17 de outubro de 2028, dado em penhor a favor ao Sistema de Indemnização aos Investidores (SII).

O título OT 2.875% 10/15/25 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2,875% e vencimento a 15 de outubro de 2025.

O título R ITALIA 3.4% 03/28/25 é uma obrigação italiana com juro fixo de 3,4% e vencimento a 28 de março de 2025.

O título R ITALIA 3.85% 09/15/26 é uma obrigação italiana com juro fixo de 3,85% e vencimento a 15 de setembro de 2026.

O título R ITALIA 4% 11/15/30 é uma obrigação italiana com juro fixo de 4% e vencimento a 15 de novembro de 2030.

O título R ITALIA 3.65% 08/01/35 é uma obrigação italiana com juro fixo de 3,65% e vencimento a 1 de agosto de 2035.

O título ARGENT 0 1/8 07/9/30 é uma obrigação argentina com juro fixo de 0,125% e vencimento a 9 de julho de 2030.

O título ARGENT 4 1/4 1/09/38 é uma obrigação argentina com juro fixo de 4,25% e vencimento a 9 de janeiro de 2038.

O título Mota-Engil corresponde a ações ordinárias, negociadas na Euronext Lisboa.

NOTA 3 - ATIVOS POR IMPOSTOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Ativos por impostos	1.737	82.129
Ativos por impostos correntes	1.737	78.804
Outras Contas de Regularização - IVA	1.737	78.804
Ativos por impostos diferidos	0	3.326

NOTA 4 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Imóveis	0	0	1.344.600	0	0	1.344.600
Obras em imóveis arrendados	21.045	0	0	0	0	21.045
Mobiliário e material	60.849	0	0	0	0	60.849
Outras máquinas administrativas	1.793	0	0	0	0	1.793
Equipamento informático	164.921	0	25.732	0	0	190.653
Instalações interiores	3.482	0	0	0	0	3.482
Veículos em locação financeira	0	0	114.500	0	0	114.500
Outros ativos tangíveis	28.765	0	1.062	0	0	29.826
Total Bruto	280.854	0	1.485.893	0	0	1.766.748
Imóveis	0	0	15.127	0	0	15.127
Obras em imóveis arrendados	21.045	0	0	0	0	21.045
Mobiliário e material	53.499	0	2.430	0	0	55.929
Outras máquinas administrativas	1.746	0	37	0	0	1.783
Equipamento informático	123.042	0	30.598	0	0	153.640
Instalações interiores	3.482	0	0	0	0	3.482
Veículos em locação financeira	0	0	4.771	0	0	4.771
Outros ativos tangíveis	18.596	0	2.604	0	0	21.201
Total amortizações	221.411	0	55.567	0	0	276.978
Total Líquido	59.443	0	1.430.327	0	0	1.489.769

O imóvel tem um seguro de multiriscos, com cobertura para desastres naturais, responsabilidade civil, etc.

NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	111.146	0	0	0	0	111.146
Total Bruto	111.146	0	0	0	0	111.146
Software	109.476	0	1.335	0	0	110.812
Total amortizações	109.476	0	1.335	0	0	110.812
Total Líquido	1.669	0	-1.335	0	0	334

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações	Valor Líquido	Taxa Amortização
Software	111.146	0	0	110.812	334	33,33%

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Outros ativos	1.716.997	800.930
Setor público administrativo	52.395	48.114
IRC - Ret. Fonte - juros bancários	2.944	2.223
Retenções IRS clientes	49.451	45.891
Devedores diversos	24.770	32.251
SONAGI - Caução renda escritório	7.744	7.744
CTT conta corrente	361	387
Honorários Luxemburgo	2.500	2.500
Real Vida Pensões-Soc. G. Fundos Pensões,SA	505	0
Fundos de Compensação do Trabalho	7.222	7.222
Optimize - Mediação de Seguros	225	214
Outros devedores	6.213	14.183
Devedores diversos - Fundos	889.086	322.242
Optimize PPR Equilibrado	37.363	29.513
Optimize PPR Ativo	116.810	86.115
Optimize PPR Moderado	56.909	38.156
Optimize PPR Agressivo	107.808	69.520
Optimize Capital Pensões Acções	6.614	5.852
Optimize Capital Pensões Equilibrado	3.579	3.344
Optimize Capital Pensões Moderado	2.362	2.109
Fundo de Pensões Aberto Real Reforma Garantida	70	60
Optimize Selecção Base	15.223	17.951
Optimize Selecção Agressiva	6.619	7.435
Optimize Selecção Defensiva	1.146	2.032
Optimize Disruption Fund	4.484	3.236
Optimize LFO Rise US Equities	1.526	1.228
Optimize LFO PPR/OICVM Leopardo	10.023	6.201
Optimize Portugal Golden Opportunities Fund	518.548	49.489
Cientes Gestão Privada	239.719	235.294
Comissão Fixa	13.027	4.778
Comissão de Performance	0	12.754
La Baloise Vie Luxembourg, SA	51.036	45.814
Andbank Asset Management Luxembourg, SA	175.656	171.949
Cientes Fundos	251.019	39.334
Comissão de Registo e Depósito de UP	44.701	19.686
Comissão de Subscrição	206.317	19.647
Comissão de Resgate	1	0
Despesas com Encargos Diferidos	213.244	109.543
Seguros	1.950	53.786
Rendas de Locação Operacional	980	578
Outras Rendas	3.679	3.601
Outras	206.635	51.578
Rendimentos a receber	46.764	14.153

NOTA 7 - PASSIVOS POR IMPOSTOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Passivos por impostos	900.443	49.678
Passivos por impostos correntes	810.173	47.515
Estimativa IRC - Imposto a Pagar	810.173	47.515
Passivos por impostos diferidos	90.269	2.162

No passivo por impostos diferidos estão reconhecidos 17.024€ referentes a ativos financeiros e 73.245€ referentes à revalorização do imóvel.

NOTA 8 - PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Recursos de outras instituições de crédito	978.916	0
Empréstimos não correntes	926.552	0
Empréstimos correntes	52.364	0

A Optimize adquiriu um imóvel em 2025 através de um financiamento no montante de 1.000.000€, com uma maturidade contratual de 180 meses e uma taxa de juro nominal de 3,537%.

O saldo de 52.364€ corresponde às amortizações de capital no exercício, sendo as restantes classificadas como não correntes.

NOTA 9 - OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Outros passivos	1.528.710	724.241
Credores - Setor público administrativo	130.630	89.473
Retenção de impostos na fonte	60.683	56.214
Contribuições para a segurança social	26.135	19.770
Imposto de selo	43.813	13.488
Credores por fornecimento de bens	308.547	105.880
Outros Credores	679.603	288.400
Angariadores	420.903	29.157
Despesas colaboradores	1.418	5.567
Clientes - Ofertas e Promoções	257.282	253.675
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	1.118.781	483.752
Encargos a pagar	409.930	240.489
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	30.560	21.645
Remunerações de empregados	136.922	114.010
Encargos sociais	32.169	23.185
Outros encargos a pagar	210.278	81.650
Outros passivos	409.930	240.489

O saldo de 257.282€ de Clientes – Ofertas e Promoções, correspondente a ofertas a pagar no início de cada ano aos clientes e foi liquidado em janeiro de 2026.

NOTA 10 - CAPITAL

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

Salienta-se ainda o valor dos fundos próprios da Optimize a 31/12/2025, no montante de 1.125.478,17 euros, é superior ao requisito mínimo de fundos próprios de 265.600,43 euros.

FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social inicial de 450.771,71 euros foi realizado em dinheiro.

NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 euros cada.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGOIC, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

NOTA 11 - RECEITAS E DESPESAS DE JUROS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	15.710	39.362
Juros e rendimentos similares	41.875	39.573
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	0	0
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	0	0
Outros juros e rendimentos similares	41.875	39.573
Outros juros e encargos similares	26.165	211

NOTA 12 - RECEITAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimentos de serviços e comissões	10.573.673	4.218.265
Comissão de gestão de fundos de investimento	6.403.585	2.907.933
Comissões de gestão	4.170.088	1.310.333
Comissão Fixa	927.834	895.412
Comissão Performance	0	13.555
Comissão de Registo e Depósito de UP	514.216	199.712
Comissão de Subscrição	2.728.038	201.654

As receitas da Optimize Investment Partners são provenientes essencialmente das suas atividades principais, a gestão de fundos de investimento mobiliário (6.403.585€) e a gestão de carteiras por conta de outrem (4.170.088€), onde são geridas carteiras de fundos de pensões, de apólices de seguros de vida em fundo dedicado, da Optimize IP SICAV, sediada no Luxemburgo, e de portfólios de gestão discricionária de clientes individuais.

NOTA 13 - DESPESAS DE TAXAS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Encargos com serviços e comissões	2.765.847	863.655
Honorários de comercialização	2.296.864	476.721
Ofertas e promoções a clientes	468.982	386.934

O valor de 2.296.864€ (honorários de comercialização) corresponde à remuneração paga pela Optimize referente a comissões de comercialização e a pagamento por clientes apresentados pelo seu agente vinculado, ou por *introducers*, e de protocolos com outras entidades.

As ofertas e promoções a clientes correspondem a bónus na subscrição oferecidos pela Optimize Investment Partners no âmbito de protocolos e de campanhas promocionais, bem como a prémios de fidelização, também proporcionados no âmbito de protocolos.

NOTA 14 - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Outros rendimentos e receitas operacionais	109.244	40.861
Reembolso de despesas	93.234	40.836
Correcções relativas a exercícios anteriores	13.923	25
Outros	2.086	0

A rubrica de reembolsos de despesas corresponde aos pagamentos efetuados pela Optimize em nome dos fundos de investimento mobiliário por si geridos, e que são posteriormente reembolsadas.

NOTA 15 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Outros resultados de exploração	-92.191	-59.984
Outros encargos e gastos operacionais	-150.277	-95.230
Taxa mensal CMVM	-70.773	-43.758
Sistema de Indemnização aos Investidores	-2.500	-2.500
Comissão Autoridade da Concorrência	-2.313	-2.561
Renda de locação operacional	-4.013	-574
Quotizações e donativos	-16.352	-25.955
Outros	-54.326	-19.883
Outras comissões pagas por serviços bancários prestados por terceiros	-51.157	-5.614
Outras despesas operacionais	-201.434	-100.845

NOTA 16 - DESPESAS COM PESSOAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Despesas com pessoal	1.707.489	1.250.302
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	228.476	154.105
Remuneração de empregados	1.193.435	900.019
Encargos sociais obrigatórios	214.984	159.529
Outros custos com pessoal	70.594	36.648

VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 32.

NOTA 17 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Outras Despesas Administrativas	1.702.985	1.022.664
Gastos gerais com fornecimentos	81.734	59.480
Água, energia e combustíveis	5.218	5.693
Material de consumo corrente	56.012	45.849
Outros fornecimentos de terceiros	20.504	7.938
Gastos gerais com Serviços	1.621.252	963.184
Rendas e alugueres	56.086	55.634
Comunicações	50.297	30.400
Deslocações, estadas e representação	100.242	112.230
Publicidade	590.033	433.759
Conservação e reparação	11.793	10.212
Formação de pessoal	19.819	12.754
Seguros	4.130	3.367
Serviços especializados	763.512	304.828
Outras Avenças	447.562	78.042
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	4.736	1.291
Informática	204.735	120.235
Segurança e vigilância	0	64
Informações	66.979	65.888
Auditoria	9.004	8.915
Serviços Consultoria e Apoio	30.497	30.326
Limpeza	0	67
Outros serviços	25.339	0

NOTA 18 - VALORES EXTRAPATRIMONIAIS

	2025	2024
Valores extra-patrimoniais	700.148.672	325.278.151
Compromissos perante terceiros	97.277	93.259
Sistema de Indemnização aos Investidores	97.277	93.259
Valores administrados pela instituição	700.051.395	325.184.892
Gestão de Carteiras	97.276.790	93.259.090
Fundos de Investimento geridos	602.774.605	231.925.801

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque são neutros em termos de ativos realmente geridos.

No final de 2025 a Optimize Investment Partners tinha em contas de clientes um saldo transitório de 2.733.164€ a aguardar ordens de reforço ou subscrição por parte de clientes, pelo que este montante não está a ser considerado no Relatório e Contas.

NOTA 19 - SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2023	-24.545	6.388
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2024	-43.860	0
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2025	-275.630	0

O saldo final a 31 de dezembro de 2025 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Mediação de Seguros corresponde a comissões de distribuição pelo valor de 275.855€ e faturação de salários pelo valor de 225€.

NOTA 20 - DESPESAS OU RECEITAS COM IMPOSTOS RELACIONADAS COM OS RESULTADOS DE UNIDADES OPERACIONAIS EM CONTINUAÇÃO

A taxa efetiva de 23,7% em 2025, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma.

	2025	2024
Resultado antes de imposto	4.264.667	1.030.402
Despesas não dedutíveis	16.981	11.707
Despesas a deduzir	-7.810	-9.115
Resultado tributável	4.273.837	1.032.993
Prejuízos fiscais deduzidos	0	0
Matéria coletável total	4.273.837	1.032.993
Outros impostos incidentes sobre lucros	937.983	216.929
Derrama	64.108	15.495
Tributação Autónoma	10.073	8.976
Carga fiscal total	1.012.163	241.399
Taxa Efetiva	23,7%	23,4%

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis e a deduzir:

	2025	2024
Despesas não dedutíveis	16.981	11.707
Despesas não documentadas	6.034	182
Encargos não devidamente documentados	2.277	953
Correcções relativas a exercícios anteriores	6.504	10.572
Outros	2.167	0
	2025	2024
Despesas a deduzir	7.810	9.115
Outros	7.810	9.115

NOTA 21 - RISCOS DA SOCIEDADE

Risco de crédito:

	2025	2024
Risco de crédito	1.523.526	770.084
Disponibilidades em outras instituições de crédito	66.537	92.850
Estado e outras entidades publicas	52.395	48.114
Fundos de investimento	889.086	322.242
Clientes	490.738	274.627
Outros devedores	24.770	32.251

Ativos financeiros disponíveis para venda:

Ativos financeiros disponíveis para venda	2025	2024
OT PGB 2.125% 10/17/28	184.704	134.514
OT 2.875% 10/15/25	0	300.783
R ITALIA 3.4% 03/28/25	0	550.908
R ITALIA 3.85% 09/15/26	151.832	153.629
R ITALIA 4% 11/15/30	369.131	0
R ITALIA 3.65% 08/01/35	253.758	0
Optimize Global Bond	914.529	0
Optimize Disruption	249.021	0
Optimize Europe Val	459.954	0
Optimize GI Flexible	614.068	0
Optimize Portugal GO	430.236	0
ARGENT 0 1/8 07/9/30	266.413	0
ARGENT 4 1/4 1/09/38	266.295	0
Mota - Engil	718.811	0

Não existe risco cambial para a sociedade em 31 de dezembro de 2025, dado a sociedade não ter saldos em divisas estrangeiras. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas estrangeiras (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31 de dezembro de 2025.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2026

IFRS 9 - Instrumentos financeiros e IFRS 7- Instrumentos financeiros

As alterações efetuadas referem a: (i) clarificação do conceito de data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros; (ii) clarificação e exemplificação sobre quando um ativo financeiro cumpre com o critério de os cash flows contratuais corresponderem; (iii) novos requisitos de divulgação para instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa em termos de período e valor; e (iv) novas divulgações exigidas para os instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2025/1047, de 27 de maio. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros e IFRS 7- Instrumentos financeiros

As alterações efetuadas referem a: (i) clarificação da aplicação da isenção do "uso próprio" estabelecidos na IFRS 9; (ii) permissão de designação como instrumento de cobertura"; e (iii) novos requisitos de divulgação da IFRS 7.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2025/1266, de 30 de junho. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros

Esta melhoria pretendem: (i) alinhamento de conceitos entre a IFRS 7 e a IFRS 13, relativamente à designação dos "inputs não observáveis" utilizados na determinação do justo valor; (ii) clarificação de que o guia de implementação não contempla todos os requisitos de divulgação da IFRS 7, entre eles a divulgação do risco de crédito para ativos adquiridos ou originados com perda de imparidade.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2025/1331, de 09 de julho. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Estas melhorias referem-se: (i) clarificação sobre a aplicação dos princípios do desreconhecimento de um passivo financeiros aos passivos de locação, ou seja, quando os fluxos de caixa contratuais são extintos, com o apuramento da mais ou menos valia em resultados; (ii) eliminação da inconsistência com a IFRS 15 relativa ao reconhecimento inicial de uma conta a receber no âmbito da IFRS 15, que não tenha uma componente de financiamento significativa, a qual deve ser registada pelo valor estimado do preço, conforme a IFRS 15 e não ao justo valor.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Regulamento (UE) N.º 2025/1331, de 09 de julho. Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026.

NORMAS (NOVAS E ALTERAÇÕES) QUE SE TORNAM EFETIVAS, EM OU APÓS 1 DE JANEIRO DE 2027, AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras

Vem substituir a IAS 1, e introduz três conjuntos de novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas: (i) Melhoria da comparabilidade da demonstração de resultados; (ii) Maior transparência nas medições do desempenho da gestão; e (iii) Maior granularidade.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027.

IFRS 19 - Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira

Esta nova norma tem como objetivo simplificar e reduzir o custo dos relatórios financeiros das subsidiárias, mantendo a utilidade de suas demonstrações financeiras.

São consideradas elegíveis as entidades que: (i) sejam subsidiárias de um grupo que prepara demonstrações financeiras consolidadas para prestação pública; (ii) não estão obrigadas a prestar informação financeira pública.

As entidades elegíveis, que constituem holdings intermédias não sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira, podem aplicar a IFRS 19 nas suas demonstrações financeiras separadas, mesmo que não as apliquem nas demonstrações financeiras consolidadas.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027.

IFRS 19 - Alteração aos requisitos de divulgação

A IFRS 19 foi alterada para incluir a redução de requisitos de divulgação relativamente a novas normas e alterações às normas decorrentes de projetos que se encontravam em curso ou em fase de conclusão, à data da sua publicação. As alterações efetuadas visam reduzir os requisitos de divulgação para as alterações às normas e novas normas emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, nomeadamente: (i) IFRS 18: Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras; (ii)

Alterações à IAS 7 – Acordos de financiamento de Fornecedores; (iii) IAS 12 – Reforma fiscal internacional – Regras do modelo do Pilar 2; (iv) Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade.

Regulamento de Endosso pela União Europeia: Pendente de endosso.
Data de eficácia: Períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, com a exigência de apresentação de informação comparativa.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Certificação legal das contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 8 154 143 euros e um total de capital próprio de 4 746 074 euros, incluindo um resultado líquido de 3 252 503 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração de rendimento integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Optimize Investment Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, conjugadas com o disposto no Regulamento n.º 12/2005 emitido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

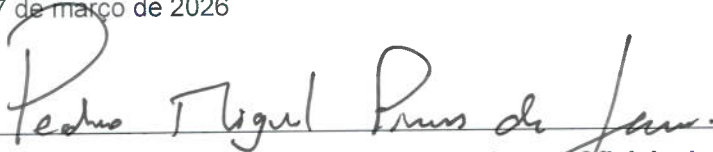


Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas nº 1930 e registado na CMVM com nº 20190019)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar um relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da Optimize Investment Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Durante o exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho de Administração forneceu todos os esclarecimentos e informações solicitadas pelo Conselho Fiscal.
3. No encerramento do exercício, foram presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas e que incluíam a proposta de aplicação de resultados.

O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

4. Parecer

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2025, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.
5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de março de 2026